



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 019/2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 04 de dezembro de 2018, terça-feira, a partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

1. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.35449/2018, APENSO AO PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.125536/2014. ASSUNTO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, COM EFEITOS INFRINGENTES, FACE AO PROCEDIMENTO Nº 003.0.125536/2014. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA IVAN CARLOS NOVAES MACHADO. RELATOR: CONSELHEIRO PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA.

2. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.34971/2018, APENSO AO PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.125536/2014. ASSUNTO: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO FACE AO PROCEDIMENTO Nº 003.0.125536/2014. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA ANTÔNIO FERREIRA LEAL FILHO. RELATOR: CONSELHEIRO PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA.

3. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.31872/2018. ASSUNTO: SEGUNDO RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES DE MESTRADO. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA SAMSULCE DE OLIVEIRA LOPES FILLARDI. RELATORA: CONSELHEIRA MARILENE PEREIRA MOTA.

4. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:

4.1. Inquérito Civil nº 003.0.181778/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

4.2. Procedimento Ministerial nº 003.1.1326/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

4.3. Procedimento Ministerial nº 003.9.140656/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

4.4. Procedimento Ministerial nº 003.0.103935/2015, da Promotoria de Justiça de Nova Canaã;



- 4.5. Inquérito Civil nº 702.0.78947/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 4.6. Inquérito Civil nº 597.0.200843/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.7. Recurso Administrativo nº 003.9.182314/2018, apenso Inquérito Civil nº 334.0.18197/2016 da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 4.8. Inquérito Civil nº 003.9.45011/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 4.9. Inquérito Civil nº 034.0.121903/2008, da Promotoria de Justiça de Buerarema;
- 4.10. Inquérito Civil nº 716.0.109948/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá;
- 4.11. Procedimento Ministerial nº 114.9.208532/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 4.12. Inquérito Civil nº 034.0.121928/2008, da Promotoria de Justiça de Buerarema.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE DE SOUZA LIMA:

- 4.13. Recurso Administrativo na Notícia De Fato nº 677.0.208813/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 4.14. Recurso Administrativo no Procedimento Ministerial nº 003.0.43755/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 4.15. Inquérito Civil nº 677.9.110012/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 4.16. Procedimento Ministerial nº 701.9.159357/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga/BA;
- 4.17. Inquérito Civil nº 003.0.254769/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus/BA;
- 4.18. Inquérito Civil nº 714.0.152122/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Ibicaraí;
- 4.19. Inquérito Civil nº 082.9.172095/2018, da Promotoria de Justiça de Cocos;
- 4.20. Procedimento Ministerial nº 933.0.222102/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães/BA;
- 4.21. Inquérito Civil nº 712.0.180229/2010, da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Serrinha/BA;
- 4.22. Inquérito Civil nº 644.9.190801/2017, 8ª da Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente, com sede em Vitória da Conquista/BA;
- 4.23. Procedimento Ministerial nº 003.0.135108/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.24. Inquérito Civil nº 334.0.65322/2010, 1ª Promotoria de Justiça de Tucano/BA;
- 4.25. Inquérito Civil nº 003.0.187928.2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.26. Inquérito Civil nº 003.0.112728/2008, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Barreiras/BA;
- 4.27. Inquérito Civil nº 003.0.42088/2011., do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.28. Inquérito Civil nº 714.0.123515/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Ibicaraí;
- 4.29. Inquérito Civil nº 590.0.104141/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari/BA;
- 4.30. Inquérito Civil nº 036.0.69774/2009, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente de Guanambi;
- 4.31. Inquérito Civil nº 128.0.31024/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré/BA;



- 4.32. Inquérito Civil nº 644.0.221120/2015, 8ª da Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente, com sede em Vitória da Conquista/BA;
- 4.33. Procedimento Ministerial nº 608.0.145483/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié/BA;
- 4.34. Procedimento Ministerial nº 253.0.78696/2010, da Promotoria de Justiça de Caculé/BA;
- 4.35. Procedimento Ministerial nº 003.9.103148/2018, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital;
- 4.36. Inquérito Civil nº 352.1.34859/2005, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.37. Inquérito Civil nº 608.0.47848/2009, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié/BA;
- 4.38. Procedimento Ministerial Nº 596.9.178915/2017, da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Feira de Santana/BA.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

- 4.39. Recurso Administrativo nº 003.9.140328/2018, apenso Procedimento Ministerial nº 003.9.75796/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.40. Inquérito Civil nº 003.0.112544/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 4.41. Procedimento Ministerial nº 003.9.216523/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.42. Inquérito Civil nº 706.0.5808/2009, da 5ª Promotoria de Justiça de Porto Seguro;
- 4.43. Inquérito Civil nº 003.0.136660/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.44. Inquérito Civil nº 646.0.112953/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 4.45. Procedimento Ministerial nº 724.0.85087/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;
- 4.46. Inquérito Civil nº 003.0.150616/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 4.47. Inquérito Civil nº 600.9.118550/2017, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 4.48. Inquérito Civil nº 003.0.124751/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.49. Procedimento Ministerial nº 003.9.2841/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
- 4.50. Inquérito Civil nº 644.0.234417/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente como sede em Vitória da Conquista;
- 4.51. Inquérito Civil nº 598.0.125224/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.52. Inquérito Civil nº 598.0.242045/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.53. Inquérito Civil nº 331.9.146581/2017, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 4.54. Procedimento Ministerial nº 696.9.122343/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 4.55. Procedimento Ministerial nº 608.0.5745/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;



- 4.56. Inquérito Civil nº 003.0.73662/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.57. Inquérito Civil nº 034.0.121695/2008, da Promotoria de Justiça de Buerarema;
- 4.58. Inquérito Civil nº 308.0.163288/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;
- 4.59. Inquérito Civil nº 592.9.56143/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 4.60. Inquérito Civil nº 003.0.107317/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.61. Inquérito Civil nº 003.0.65079/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de São Sebastião do Passé;
- 4.62. Inquérito Civil nº 003.1.53414/2004, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 4.63. Inquérito Civil nº 108.0.45747/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Jaguaquara;
- 4.64. Inquérito Civil nº 003.0.112657/2008, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede Barreiras;
- 4.65. Inquérito Civil nº 597.0.201246/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.66. Inquérito Civil nº 003.9.92946/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:

- 4.67. Recurso Administrativo nº 003.9.170264/2018, apenso Procedimento Ministerial nº 003.0.32694/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.68. Inquérito Civil nº 698.0.51424/2011, da Promotoria de Justiça de Central;
- 4.69. Inquérito Civil nº 5978.0.199875/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.70. Inquérito Civil nº 597.0.101682/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.71. Inquérito Civil nº 003.0.162575/2015, do Grupo de atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 4.72. Inquérito Civil nº 003.0.84703/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.73. Inquérito Civil nº 590.0.60300/2008, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 4.74. Inquérito Civil nº 674.9.55477/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.75. Inquérito Civil nº 003.9.12987/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.76. Procedimento Ministerial nº 003.9.129999/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 4.77. Inquérito Civil nº 003.9.13674/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.78. Inquérito Civil nº 003.0.74362/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.79. Inquérito Civil nº 590.0.247210/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 4.80. Inquérito Civil nº 677.9.150065/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 4.81. Inquérito Civil nº 167.0.165523/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 4.82. Inquérito Civil nº 608.0.244243/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;



- 4.83. Inquérito Civil nº 696.0.151818/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 4.84. Inquérito Civil nº 003.0.16411/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.85. Inquérito Civil nº 003.0.112705/2008, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Barreiras;
- 4.86. Procedimento Ministerial nº 003.0.186845/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.87. Procedimento Ministerial nº 003.9.64764/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.88. Inquérito Civil nº 598.0.59269/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.89. Inquérito Civil nº 003.0.167843/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.90. Inquérito Civil nº 003.9.21361/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.91. Inquérito Civil nº 590.0.134614/2007, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 4.92. Inquérito Civil nº 003.0.152107/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.93. Inquérito Civil nº 003.9.108942/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.94. Inquérito Civil nº 373.0.66742/2015, da Promotoria de Justiça de Cotegipe;
- 4.95. Procedimento Ministerial nº 003.9.28097/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.96. Inquérito Civil nº 593.1.25500/2005, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 4.97. Inquérito Civil nº 036.0.241599/2016, da Promotoria de Justiça de Caculé.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:

- 4.98. Inquérito Civil nº 718.0.243228/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba;
- 4.99. Procedimento Ministerial nº 003.9.201074/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 4.100. Inquérito Civil nº 003.0.01189/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.101. Procedimento Ministerial nº 003.2.33089/2006, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;
- 4.102. Inquérito Civil nº 108.0.180843/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Jaguaquara;
- 4.103. Procedimento Ministerial nº 003.0.53079/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.104. Inquérito Civil nº 087.9.83352/2018, da Promotoria de Justiça de Conceição do Jacuípe;
- 4.105. Procedimento Ministerial nº 003.0.16840/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.106. Procedimento Ministerial nº 001.0.5153/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 4.107. Procedimento Ministerial nº 003.0.117688/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;



- 4.108. Procedimento Ministerial nº 003.0.159846/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.109. Inquérito Civil nº 600.9.26359/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 4.110. Inquérito Civil nº 590.0.161645/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 4.111. Inquérito Civil nº 003.0.118571/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.112. Inquérito Civil nº 323.0.116020/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Irará;
- 4.113. Inquérito Civil nº 035.9.50623/2018, da Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 4.114. Inquérito Civil nº 003.9.15555/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.115. Inquérito Civil nº 534.0.188584/2011, da Promotoria de Justiça de Tucano;
- 4.116. Inquérito Civil nº 003.9.116292/2017, da Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 4.117. Inquérito Civil nº 598.9.36859/2017, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.118. Inquérito Civil nº 597.0.130846/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 4.119. Inquérito Civil nº 003.0.205155/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.120. Inquérito Civil nº 003.0.141192/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.121. Inquérito Civil nº 708.9.153545/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 4.122. Procedimento Ministerial nº 590.9.150889/2018, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARILENE PEREIRA MOTA:

- 4.123. Recurso Administrativo nº 003.9.39730/2018, do Grupo de Educação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 4.124. Procedimento Ministerial nº 674.9.74376/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.125. Procedimento Administrativo nº 003.9.1264/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 4.126. Inquérito Civil nº 698.0.51411/2011, da Promotoria de Justiça de Central;
- 4.127. Procedimento Ministerial nº 675.0.80960/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Barra;
- 4.128. Inquérito Civil nº 644.0.232528/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Vitória da Conquista;
- 4.129. Inquérito Civil nº 702.9.163681/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 4.130. Inquérito Civil nº 692.9.127512/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 4.131. Inquérito Civil nº 308.0.109063/2007, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;
- 4.132. Inquérito Civil nº 003.0.104876/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 4.133. Inquérito Civil nº 590.0.49160/2007, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;



- 4.134. Inquérito Civil nº 702.0.138278/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 4.135. Inquérito Civil nº 003.0.108948/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 4.136. Inquérito Civil nº 003.1.74063/2005, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.137. Inquérito Civil nº 692.0.71164/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 4.138. Inquérito Civil nº 709.0.71670/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 4.139. Inquérito Civil nº 003.0.1308/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.140. Procedimento Ministerial nº 003.1.35119/2005, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 4.141. Inquérito Civil nº 003.0.51264/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.142. Inquérito Civil nº 722.0.178712/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Iguai;
- 4.143. Procedimento Ministerial nº 003.9.63425/2017, do Grupo de Educação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.144. Inquérito Civil nº 591.9.234595/2017, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 4.145. Procedimento Ministerial nº 677.9.158624/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 4.146. Procedimento Ministerial nº 003.0.118340/2015, da Promotoria de Justiça de Nova Canaã;
- 4.147. Inquérito Civil nº 003.9.157242/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.148. Inquérito Civil nº 003.0.197013/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.149. Inquérito Civil nº 674.0.240301/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.150. Inquérito Civil nº 590.0.202362/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 4.151. Inquérito Civil nº 003.0.113064/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 4.152. Inquérito Civil nº 003.0.213625/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.153. Inquérito Civil nº 003.9.74656/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.154. Procedimento Ministerial nº 933.0.84499/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 4.155. Inquérito Civil nº 597.0.208674/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.156. Procedimento Ministerial nº 003.0.109394/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;
- 4.157. Inquérito Civil nº 003.0.174610/2013, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.158. Inquérito Civil nº 598.9.269315/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de



Juazeiro:

- 4.159. Inquérito Civil nº 696.9.57494/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 4.160. Procedimento Ministerial nº 591.0.91987/2008, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 4.161. Procedimento Ministerial nº 593.0.153940/2011, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Ilhéus;
- 4.162. Inquérito Civil nº 592.9.65842/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.163. Inquérito Civil nº 674.0.51453/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.164. Procedimento Ministerial nº 003.9.76443/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.165. Inquérito Civil nº 597.0.96516/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.166. Procedimento Ministerial nº 003.9.38609/2018, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 4.167. Inquérito Civil nº 600.9.71849/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 4.168. Procedimento Ministerial nº 003.9.2365/2018, do Grupo de Educação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.169. Procedimento Ministerial nº 034.0.104316/2013, da Promotoria de Justiça de Buerarema;
- 4.170. Inquérito Civil nº 210.0.117439/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Paramirim;
- 4.171. Inquérito Civil nº 724.0.137927/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;
- 4.172. Procedimento Ministerial nº 003.0.201567/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.173. Inquérito Civil nº 003.0.175740/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.174. Inquérito Civil nº 600.9.88927/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 4.175. Procedimento Ministerial nº 709.9.43295/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 4.176. Inquérito Civil nº 714.0.114495/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Ibicarai;
- 4.177. Inquérito Civil nº 598.0.84995/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.178. Inquérito Civil nº 003.0.523/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.179. Procedimento Ministerial nº 285.0.86220/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de São Francisco do Conde;
- 4.180. Inquérito Civil nº 003.9.157749/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.181. Procedimento Ministerial nº 598.0.159227/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.182. Procedimento Ministerial nº 003.9.71385/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF.



RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA:

- 4.183. Inquérito Civil nº 590.0.141495/2010, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 4.184. Inquérito Civil nº 590.9.74506/2017, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 4.185. Inquérito Civil nº 692.9.127167/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 4.186. Procedimento Ministerial nº 033.9.110026/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 4.187. Procedimento Ministerial nº 724.0.141675/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;
- 4.188. Inquérito Civil nº 597.0.160426/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.189. Inquérito Civil nº 702.0.138333/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 4.190. Procedimento Ministerial nº 003.0.206073/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.191. Procedimento Ministerial nº 003.0.112585/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 4.192. Inquérito Civil nº 708.0.90216/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 4.193. Procedimento Ministerial nº 677.0.35395/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 4.194. Inquérito Civil nº 674.0.210203/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS SANTOS AQUINO:

- 4.195. Procedimento Ministerial 003.1.50821/2005, da 1ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 4.196. Inquérito Civil nº 590.0.72291/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 4.197. Inquérito Civil nº 003.0.105706/2016, do Grupo de Educação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.198. Inquérito Civil nº 003.0.101534/2016, do Grupo de Educação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.199. Inquérito Civil nº 210.0.117422/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Paramirim;
- 4.200. Inquérito Civil nº 590.0.90712/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 4.201. Inquérito Civil nº 202.0.209854/2011, da Promotoria de Justiça de Governador Mangabeira;
- 4.202. Inquérito Civil nº 702.0.147741/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 4.203. Inquérito Civil nº 590.0.12316/2011, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 4.204. Procedimento Ministerial nº 003.0.81924/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.205. Inquérito Civil nº 712.0.144619/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 4.206. Inquérito Civil nº 003.0.8897/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF.



RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

- 4.207.Recurso em Procedimento Ministerial nº 003.9.97131/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.208.Inquérito Civil nº 676.1.95108/2005, da 1ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 4.209.Inquérito Civil nº 720.0.19505/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 4.210.Inquérito Civil nº 190.0.144219/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 4.211.Inquérito Civil nº 218.9.229058/2017, da Promotoria de Justiça de Piatã;
- 4.212.Inquérito Civil nº 598.0.239387/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.213.Procedimento Ministerial nº 591.0.232691/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 4.214.Inquérito Civil nº 003.9.42354/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.215.Procedimento Ministerial nº 003.9.179543/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.216.Inquérito Civil nº 003.9.46193/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.217.Procedimento Ministerial nº 061.0.88225/2011, da Promotoria de Justiça de Caravelas;
- 4.218.Procedimento Ministerial nº 003.0.219459/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.219.Procedimento Ministerial nº 003.9.2938/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 4.220.Procedimento Ministerial nº 187.0.146448/2014, da Promotoria de Justiça de Muritiba;
- 4.221.Inquérito Civil nº 003.9.30175/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.222.Inquérito Civil nº 608.0.192643/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jequié;
- 4.223.Inquérito Civil nº 597.0.32841/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.224.Inquérito Civil nº 003.9.237635/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.225.Inquérito Civil nº 003.9.141477/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.226.Inquérito Civil nº 087.9.53209/2017, da Promotoria de Justiça de Conceição do Jacuípe;
- 4.227.Procedimento Ministerial nº 003.1.19151/2004, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.228.Inquérito Civil nº 600.0.211946/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 4.229.Inquérito Civil nº 003.9.227021/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.230.Procedimento Ministerial nº 724.0.170830/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;
- 4.231.Inquérito Civil nº 696.0.210225/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de



Candeias;

- 4.232. Inquérito Civil nº 597.0.39603/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.233. Inquérito Civil nº 590.2.81260/2005, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 4.234. Procedimento Ministerial nº 596.9.243497/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 4.235. Procedimento Ministerial nº 003.9.28701/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.236. Inquérito Civil nº 167.0.202293/2015, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 4.237. Procedimento Ministerial nº 003.9.112591/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.238. Inquérito Civil nº 598.0.40601/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.239. Inquérito Civil nº 692.9.104356/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 4.240. Procedimento Ministerial nº 003.9.40626/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.241. Inquérito Civil nº 699.0.181542/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
- 4.242. Procedimento Ministerial nº 013.9.182732/2017, da Promotoria de Justiça de Antas;
- 4.243. Inquérito Civil nº 003.0.115845/2011, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Barreiras;
- 4.244. Inquérito Civil nº 003.9.16331/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.245. Inquérito Civil nº 035.9.50632/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 4.246. Procedimento Ministerial nº 003.9.200877/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 4.247. Inquérito Civil nº 704.0.162453/2016, da Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 4.248. Procedimento Ministerial nº 696.9.163950/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 4.249. Inquérito Civil nº 034.0.121941/2008, da Promotoria de Justiça de Buerarema;
- 4.250. Inquérito Civil nº 034.0.121908/2008, da Promotoria de Justiça de Buerarema;
- 4.251. Inquérito Civil nº 034.0.121435/2008, da Promotoria de Justiça de Buerarema;
- 4.252. Procedimento Ministerial nº 724.0.237385/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;
- 4.253. Procedimento Ministerial nº 003.0.117313/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 4.254. Procedimento Ministerial nº 677.0.163997/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 4.255. Procedimento Ministerial nº 013.9.213494/2017, da Promotoria de Justiça de Antas;
- 4.256. Inquérito Civil nº 003.0.185526/2016, da Promotoria de Justiça de Pilão Arcado;
- 4.257. Procedimento Ministerial nº 003.9.120994/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.258. Procedimento Ministerial nº 003.9.200721/2017, da 1ª Promotoria de Justiça



- de Feira de Santana;
- 4.259.Inquérito Civil nº 702.9.41169/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 4.260.Procedimento Ministerial nº 003.1.19149/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.261.Procedimento Ministerial nº 003.9.116324/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.262.Inquérito Civil nº 003.9.46125/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.263.Procedimento Ministerial nº 085.0.78110/2013, da Promotoria de Justiça de Conceição do Almeida;
- 4.264.Inquérito Civil nº 590.0.103466/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 4.265.Procedimento Ministerial nº 003.0.14905/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.266.Procedimento Ministerial nº 597.9.148190/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.267.Procedimento Ministerial nº 003.0.114238/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.268.Inquérito Civil nº 724.9.177372/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;
- 4.269.Inquérito Civil nº 677.0.133378/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 4.270.Inquérito Civil nº 608.0.244202/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié.

5. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2018.

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público